

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 531.889 - SP (2019/0266857-3)

RELATOR : MINISTRO RIBEIRO DANTAS
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
LEANDRO DE COL LOSS - PR059273
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : LEANDRO SANTANA BRUNHETTI (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* substitutivo de recurso próprio, com pedido liminar, impetrado em favor de **LEANDRO SANTANA BRUNHETTI**, em que se aponta como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

Colhe-se dos autos que o paciente, que cumpre pena de 22 (vinte e dois) anos, 02 (dois) meses e 20 (vinte) dias de reclusão, postulou a concessão de progressão de regime, o que foi deferido pelo magistrado da execução.

Irresignado, o Ministério Público interpôs agravo em execução, ao qual foi provimento pelo Tribunal estadual, por meio de acórdão assim ementado:

"Agravo em execução. Deferimento de progressão ao regime. Falta de mérito. Retorno ao regime anterior. Provimento ao recurso" (e-STJ, fl. 71).

Neste *writ*, a impetrante sustenta, em síntese, que "deveras, nos incidentes de execução penal, compete ao d. Juízo da execução criminal analisar o merecimento do sentenciado ao benefício postulado. Por isso, a apreciação judicial deve se pautar em elementos concretos, verificados no decorrer do cumprimento da sanção, como assim fez o Nobre Julgador. No que se refere à duração da pena, de se frisar que, quanto mais longa, maior será o tempo exigido para a incidência da benesse penal. A gravidade do crime, a maneira de execução, a crueldade, a quantidade de pena imposta, são fatores que incidem na aplicação da pena no processo de conhecimento, não cabendo ao juiz da execução a análise de culpabilidade, pois haveria duplo julgamento pelo mesmo fato" (e-STJ fl. 5).

Afirma que "no caso em tela, a motivação denegatória contida no bojo do r. decisório atacado se limita a uma resposta padrão do apenado no exame, gravidade genérica dos crimes perpetrados e a longevidade da pena, mostrando-se, de toda inidônea" (e-STJ, fl. 5).

Requer seja cassado o acórdão do TJSP e concedida a progressão do paciente para o regime semiaberto (e-STJ, fl. 9).

A liminar foi indeferida (e-STJ, fls. 86-87).

Dispensadas informações.

O Ministério Público Federal manifestou-se pelo não conhecimento do *writ* (e-STJ, fls. 93-95).

É o relatório.

Decido.

Esta Corte e o Supremo Tribunal Federal pacificaram orientação no

Superior Tribunal de Justiça

sentido de que não cabe *habeas corpus* substitutivo do recurso legalmente previsto para a hipótese, impondo-se o não conhecimento da impetração, salvo quando constatada a existência de flagrante ilegalidade no ato judicial impugnado.

Desse modo, passo ao exame das alegações trazidas pela defesa a fim de verificar eventual constrangimento ilegal que autorize a concessão da ordem, de ofício.

Ao analisar o agravo em execução manejado pelo MP, o Tribunal Estadual reformou a decisão do magistrado de primeiro grau, que havia deferido ao apenado a progressão de regime, tecendo para tanto os fundamentos a seguir transcritos:

"[...] Além do requisito objetivo (temporal), deve o condenado preencher também o requisito subjetivo, qual seja, ter mérito - tomada a palavra em seu sentido etimológico, significando, portanto, "merecimento" - para a progressão de regime.

A decisão recorrida, em nova valoração, considerou que o Agravado possui condição subjetiva à progressão, fundamentada a decisão: 1. Em atestado de bom comportamento carcerário (fls.17), na prática transferindo ao órgão administrativo a responsabilidade de analisar o mérito do Agravado; 2. Na avaliação realizada por equipe multidisciplinar (fls.23/27). Há de se considerar, contudo, ser prematura a concessão do benefício, conforme se verifica do Boletim Informativo da Secretaria de Administração Penitenciária (fls.17vº/21), porque: 1. trata-se de agente reincidente, que possui personalidade extremamente violenta e que foi condenado a pena de 22 anos, 02 meses e 20 dias de reclusão pela prática de crimes de roubos simples e majorado, e de homicídio, crimes gravíssimos, sendo um deles hediondo, praticados com violência ou grave ameaça à pessoa, o que revela desprezo total do Agravado para com a vida alheia, razão pela qual a aferição do mérito deve se dar do modo mais completo possível, assegurando se suas perspectivas, no sentido de sua regeneração e recuperação, são consistentes, bem como se houve eliminação, ou ao menos diminuição, de sua perigosidade (fls.20); 2. Possui o registro de duas faltas disciplinares de natureza grave consistente em: **a. abandono da prisão albergue domiciliar, praticada em 02.01.13; b. não retorno de saída temporária de páscoa, praticada em 27.04.15**, ainda que ambas estejam reabilitadas, pois a reabilitação dessas faltas não permite concluir a presença do mérito do Agravado, evidenciando não só falta de autodisciplina, mas também que não absorveu a terapêutica penal, pois a reabilitação da falta disciplinar não permite concluir a presença de mérito do sentenciado (fls.20); **3. sempre que esteve em liberdade, retornou ao cárcere em razão da prática de novo crime ou em razão de recaptura, tudo a indicar que há grande probabilidade de tornar a delinquir ou se furtar do cumprimento de pena (fls.18vº)**, pois: **a. concedida a prisão albergue domiciliar em 02.10.09, em 06.09.10, foi novamente preso em razão da prática de novo crime (homicídio qualificado); b. em 02.01.13, abandonou o sistema prisional, retornando ao cárcere de forma involuntária, em razão de recaptura em 29.03.13; c. em 27.04.15, não retornou da saída temporária de Páscoa, retornando ao cárcere de forma involuntária, em razão de recaptura em 06.07.15 (fls.20); 4. o término de cumprimento de pena está previsto inicialmente para 16.06.28 (fls.17vº); 5. há o registro de quatro pedidos de benefícios**

que foram indeferidos, destacando que há dois pedidos de benefícios que foram deferidos, mas o Agravado se furtou aos cumprimentos das oportunidades já concedidas (fls.18vº e 20vº); 6. quanto ao atestado de bom comportamento carcerário (fls.17), cumpre observar que a maioria dos condenados não se atreve a romper a disciplina prisional, ou evitam fazê-la nos últimos tempos, para não se dizer, nos últimos anos, sabedores de que, assim agindo, poderão, de forma mais fácil, ludibriar não só o diretor do presídio, mas principalmente o julgador de seu benefício; 7. O bom comportamento carcerário atestado é obrigação do preso e não significa necessariamente que o Agravado possua mérito á progressão, já que o bom comportamento carcerário serve para averiguar a aptidão de aceitar as normas do sistema prisional, não querendo dizer que está pronto para vivenciar um regime menos rigoroso: a. valendo aqui transcrever a preciosa lição de Miguel Reale Júnior, René Ariel Dotti, Ricardo Antunes Andreucci e Sérgio Marcos de Moraes Pitombo ("Penas e Medidas de Segurança no Novo Código", Ed. RT, 2ª Ed., 1987, p.233): São muito diversas as situações relativas ao bom comportamento durante a vida carcerária e o comportamento satisfatório durante a execução da pena. Com efeito, o condenado poderá ter sofrido sanção disciplinar ao longo do cumprimento da pena, sem que tal fato demonstre sua hostilidade ao Direito ou às normas de convivência social. São muito complexos os fatores criminógenos do encarceramento e geralmente não debitáveis à conduta individual. Faltas disciplinares de escassa gravidade que podem manchar o prontuário do condenado, impedindo a atestação do "bom comportamento", não podem ser tidas como obstáculo para a liberação antecipada. Por outro lado, não se poderá avaliar o procedimento durante a "vida carcerária", mas sim na amplitude da execução, posto que a pena privativa de liberdade é cumprida também durante o tempo das autorizações de saída (permissões de saída e saídas temporárias), que a Lei de Execução Penal (arts. 120 e s.) instituiu como mecanismos para tornar descontínua a execução da pena de prisão sem o caráter de segregação, que constitui o núcleo da chamada vida carcerária . O "comportamento satisfatório", portanto, deve ser aferido em relação ao procedimento executório lato sensu , dentro e fora do estabelecimento penal, frente à possibilidade de o condenado cumprir uma parcela da pena em meio livre, como ocorre durante a frequência a cursos e a participação em atividades externas que concorram para restaurar o pleno convívio social"; b. assim também já decidiu o Supremo Tribunal Federal (HC nº 106.678-ES, rei. Min. Marco Aurélio, redator do Acórdão Min. Luiz Fux, 1ª T. , j. em 28.02.2012 - sem destaque no original):

[...]

De outra parte, o relatório conjunto de equipe multidisciplinar, em que pese ter sido favorável à progressão de regime (fls.23/26), não serve para avaliar a condição subjetiva do Agravado, pois seus relatórios individualizados são omissos e incompletos e, no pouco que fizeram de análise casuística, não valoraram global e intrinsicamente o Agravado, pouco ou nada revelando acerca de seu mérito, limitando-se a descrever, de forma simplista e superficial, seu histórico de vida e de sua situação carcerária, tratando-se de mero prognóstico, com destaque para o contido no Relatório Psicológico de que a prática criminosa se deu em razão de "desejo de ganho

Superior Tribunal de Justiça

financeiro, uso abusivo de drogas e influência externa na época dos fatos", "avalia as perdas sofridas com a privação social e o afastamento familiar" (fls.24). E o Relatório Social não foi diferente, destacando que "assume o delito e menciona muito arrependimento de suas ações através de avaliação reflexiva acerca de todo sofrimento vivenciado, principalmente por sua família" (fls.26).

Ambos relatórios revelaram que, de fato, o Agravado não assumiu verdadeiramente a responsabilidade pela prática de seus crimes, apenas fez transparecer, falando o que os técnicos esperavam ouvir, demonstrando também que o arrependimento está ligado a perdas pessoais ocasionais pelo cárcere e não a outrem.

Como se não bastasse todo o exposto até aqui, a avaliação está incompleta, porque ausente a participação de médico psiquiatra, nos termos do que dispõe o artigo 7º da Lei de Execuções Penais, prejudicando a análise real da condição subjetiva do Agravado.

Com efeito, tanto quanto uma decisão judicial vale e muito - por sua fundamentação e não por seu dispositivo puro e simples (princípio da persuasão racional), uma perícia vale pelo conteúdo de estudo e fundamento do caso, e não pelo seu "diagnóstico final" simplista. E, como é mais do que sabido, o juiz não está adstrito ao laudo (artigo 182 do Código de Processo Penal), podendo aceitá-lo ou rejeitá-lo, no todo ou em parte.

A progressão do Agravado ao regime semiaberto de fato se revela prematura e temerária.

[...]" (e-STJ, fls. 70-80, grifou-se).

Como se vê, o Tribunal de origem reformou o entendimento do Juízo de Primeiro Grau, no sentido de que o apenado não preenche o requisito subjetivo para obter a progressão de regime, tendo em vista o seu histórico prisional conturbado, a prática de faltas graves, pontuando ainda que nas oportunidades em que o paciente esteve fora do cárcere cometeu novo crime ou voltou de forma involuntária por ter sido recapturado devido ao abandono do cumprimento da pena.

Assim, verifica-se que, diante da existência de dúvida concreta acerca do preenchimento do requisito subjetivo, mostra-se correta a conclusão do Tribunal estadual que, prudentemente, decidiu pela permanência do apenado no regime em que se encontra.

Além disso, para se modificar os fundamentos utilizados pelas instâncias ordinárias quanto ao preenchimento do requisito subjetivo do paciente, mostra-se necessário o reexame de matéria fático-probatória, providência inadmissível na via estreita do *habeas corpus*.

A propósito, confirmam-se os seguintes precedentes desta Corte:

"[...]"

1. Na espécie, o entendimento do Tribunal a quo encontra-se em harmonia com a jurisprudência consolidada por esta Corte Superior de Justiça, no sentido de que a prática de falta grave impede a concessão da progressão de regime prisional, por evidenciar a ausência do requisito subjetivo exigido durante o resgate da pena, nos termos do art. 112 da Lei de Execução Penal.

2. Registre-se que é firme o posicionamento desta Corte Superior no sentido de ser inviável, em sede de *habeas corpus*, desconstituir a conclusão a que chegaram as instâncias ordinárias sobre o não

Superior Tribunal de Justiça

preenchimento do requisito subjetivo, uma vez que tal providência implica no reexame do conjunto fático-probatório dos autos da execução, procedimento incompatível com os estreitos limites da via eleita.

3. Agravo regimental não provido.

(AgRg no HC 463.303/SP, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 23/10/2018, DJe 31/10/2018).

"[...]

1. Inexiste constrangimento ilegal no ponto em que, de forma devidamente fundamentada, foi indeferida ao apenado a progressão de regime, haja vista as peculiaridades do caso, dado o histórico prisional conturbado do apenado - que se evadiu do sistema prisional na última progressão de regime. Não se trata, portanto, de consideração da gravidade abstrata dos crimes cometidos pelo apenado (latrocínio) ou da longa pena ainda por cumprir (cujo término está previsto para 2031), mas do histórico de faltas graves cometidas, o que revela, concretamente, sua inaptidão a cumprir pena em regime mais brando.

2. Agravo regimental não provido.

(AgRg no HC 376.984/SP, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, julgado em 24/10/2017, DJe 06/11/2017).

Assim, não há falar em constrangimento ilegal a autorizar a concessão da ordem, de ofício.

Ante o exposto, **não conheço** do *habeas corpus*.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 02 de outubro de 2019.

Ministro RIBEIRO DANTAS
Relator